



# Anais da Assembléia

N° 64

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 31 DE MAIO DE 1990

ANO XVI

Atos da Presidência:

## RESOLUÇÃO N° 23/90

DATA: 15.05.90

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Campo Mourão, para que a respectiva população decida sobre a criação de Município de FAROL.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do Artigo 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Campo Mourão, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de FAROL.

"Tem como ponto inicial a Foz do Rio Riozinho, no Rio Goioêre; sobe pelo Rio Goioêre até a Foz do Rio Farol; sobe por este até a divisa dos lotes 38 com os lotes 39 e 39A; por esta divisa até a cabeceira do Rio Granada, seguindo por este, pelas divisas dos lotes 29, 50 e 26 com o lote 51, até encontrar a nascente do Arroio Izidoro; desce por este até sua foz no Arroio Paraguaio; desce por este até sua foz no Rio Riozinho; desce pelo Rio Riozinho até sua Foz no Rio Goioêre, ponto inicial".

### PERÍMETRO URBANO:

"Começa no entroncamento da Rua Rio Grande do Sul com a Rua Ceará, segue pela Rua Ceará até a Rua Pernambuco, segue por esta até a Rua Paraíba, por esta até a Rua Goiás, por esta até a Rua Sergipe, por esta até a Rua Rio Grande do Sul, por esta até o entroncamento com a Rua Ceará, ponto inicial e final."

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 15.05.90

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

## RESOLUÇÃO N° 034/90

DATA: 30.05.90

SÚMULA: Indica o Dr. Quielse Crisóstomo da Silva, para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Artigo Único - É indicado o doutor

Quielse Crisóstomo da Silva para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, na vaga decorrente da aposentadoria do Conselheiro Olivir Gabardo.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

## RESOLUÇÃO N° 035/90

DATA: 31.05.90

SÚMULA: Fica sustada a Resolução Conjunta CC/PGE/SESP/SEED, N° 01/90, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná de 22 de maio de 1990, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica sustada a Resolução Conjunta CC/PGE/SESP/SEED N° 01/90, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná de 22 de maio de 1990, por ser ato administrativo exorbitante do poder regulamentar.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 31.05.90

(a) ANIBAL KHURY

Presidente.

### JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná, conforme o Artigo 1°, da Constituição Estadual, "proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político".

A Constituição Estadual, no seu Artigo 54, inciso XXVII, confere competência privativa à Assembléia Legislativa para sustar atos normativos do Poder Executivo, que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, portanto:

CONSIDERANDO que a apuração do cumprimento da responsabilidade administrativa dos funcionários públicos estaduais tem processo específico previsto no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO que a designação genérica de servidores de diversos órgãos da Administração Direta para o exercício de funções próprias da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, potencializa violação do referido direito de defesa.

Dados tais pressupostos, entendeu a Assembléia Legislativa, no exercício de suas prerrogativas ser inconcebível que a autoridade pública, possa autorizar a po-

lícia para coagir servidores administrativos ao exercício regular de suas funções; primeiro, desviando os agentes policiais que são escassos em número, e deficientes em equipamentos, de sua função constitucional de mantenedores da segurança pública quando há um verdadeiro clamor da sociedade por mais proteção do Estado; segundo, pretendendo ocupar tais agentes policiais fora dos procedimentos legais que subordinam sua utilização apenas nos casos sujeitos à jurisdição penal. Tal fato caracteriza um intolerável abuso do poder.

O Poder Executivo do Paraná tem, ultimamente, se deixado levar por arbitrariedades sem conta, ao reprimir manifestações legítimas de categorias funcionais.

O só exercício do poder coativo do Estado por si, acarreta risco à integridade dos direitos da pessoa humana. Para assegurar o indispensável equilíbrio entre os direitos do indivíduo e a necessidade do organismo social é que os povos amadureceram o conceito do governo das leis: as regras que obrigam a conduta comum em proveito da sociedade devem ser adotadas segundo ritos elaborados por titulares legitimamente investidos de mandato político.

Tais regimes são democráticos e constitucionais, por limitarem o arbítrio dos governantes, com a possibilidade de revisão de seus atos em uma instância autônoma, o Poder Judiciário. Além de, nos casos de exorbitância do poder regulamentar, restrito à emissão de decretos para o fiel cumprimento das leis, permitirem o remédio urgente da sustação dos atos demasiados, por decisão majoritária do Poder Legislativo.

Com esta providência cabal e de caráter geral, a Assembléia Legislativa é chamada a exercer uma providência vital para o povo do Paraná: a de fixar um paradeiro ao arbítrio politicamente não responsável que se pretende instaurar em nosso Estado. Com essa Resolução, o Poder Legislativo baliza para hoje e para o futuro nosso compromisso com a observância do governo de leis e nosso respeito à dignidade do servidor e da pessoa humana, reafirmando o Paraná como sociedade democrática e civilizada.

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 43.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 1990  
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Pirajá Ferreira. À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer,

Curitiba, quinta, em 31.05.90

Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Hermas Brandão, João Arruda, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Quielse Crisóstomo, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (39). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Alves, José Rogério Carvalho, Leônidas Chaves, Luiz Antonio Setti, Mário Pereira, Nereu Carlos Massignan, Pedro Tonelli e Rafael Greca (15).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados, da aprovação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

Vinte e sete Senhores Deputados responderam a chamada.

Há "quorum" para prosseguimento da sessão e não há "quorum" para votação.

Com a presença do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, há "quorum" para votação.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Offício:  
Senhor Presidente.

Através do presente, tenho a honra de dirigir-me a presença de Vossa Excelência, a fim de comunicar que tendo sido indicado por esta Assembléia Legislativa e nomeado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, conforme Decreto nº 6893/90, de 30 do mês em curso, para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, renuncio por imperativo constitucional o meu mandato de Deputado Estadual.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência os meus elevados protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 31.05.90.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO N° 1464

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 303/90, da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões.

Sala das Sessões, em 31.05.90.

(a) NILTON BARBOSA

##### REQUERIMENTO N° 1460

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução nº 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 31.05.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

##### REQUERIMENTO N° 1461

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para o próximo dia 04 de junho deste ano, durante a Sessão Plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução nº 063/90, de autoria do Deputado João Arruda, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Flor da Serra.

Sala das Sessões, em 31.05.90.

(a) JOÃO ARRUDA

##### REQUERIMENTO N° 1463

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais RE-

QUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações ao Senhor Nilton Melquíades da Silva, pelo trabalho que vem sendo realizado junto ao IBAMA.

Sala das Sessões, em 31.05.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

#### JUSTIFICATIVA:

Pela primeira vez, Estado e Governo Federal atuam independentemente da falta de recursos, resultado da atuação do Senhor Milton Melquíades da Silva, frente ao IBAMA de nosso Estado que tem sido fundamental, no êxito dos trabalhos desenvolvidos por aquele órgão, motivo pelo qual merece o reconhecimento por parte desta Casa.

##### REQUERIMENTO N° 1462

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações ao Professor Riad Salamuni, pelo trabalho desenvolvido frente a Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 31.05.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

#### JUSTIFICATIVA:

O Professor Riad Salamuni, primeiro reitor eleito pela comunidade universitária em nosso Estado, dirigiu seus trabalhos frente a UFPR, com a mesma seriedade, competência e democracia que lhes são características, não só em seus trabalhos como professor, mas também como o especialista no ramo da geologia no Brasil, motivo pelo qual merece o reconhecimento por parte desta Casa.

##### REQUERIMENTO N° 1468

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Casa ouvido o Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao Rotary Club Curitiba - Gralha Azul, na pessoa da Dra. Anita Zip-pin; pela iniciativa de promover a campanha "Adote um velho".

A realização diferencia o ser humano farto de anos entre velhos e idosos, sendo os primeiros aqueles que não têm carinho dos familiares e da sociedade; enquanto os idosos são apenas cronologicamente diferentes, mas dispõem de vitalidade, simpatia, interação com os demais membros da sociedade humana.

O processo de envelhecimento precisa ser melhor compreendido e apoiado no Brasil, País que deverá aproveitar melhor o potencial das pessoas idosas para a realização de tarefas adequadas à sua condição e, ao mesmo tempo, beneficiar-se da experiência que elas acumularam. Também os programas de integração e assistência devem ser recuperados - dentro do objetivo

geral de resgate de nossa dívida social - para que o processo de envelhecimento seja entre nós considerado como um ciclo natural da natureza, positivo e aceito por todos.

Sala das Sessões, em 31.05.90.

(a) ANIBAL KHURY

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 329/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a contrair Operações de Crédito junto ao Banco do Brasil S/A na qualidade de Agente do Tesouro Nacional, destinados a atender ao refinanciamento do Aviso 09(R) de 02.02.84 e as operações de crédito internas realizadas com base no disposto nos Votos n° 340, de 30 de julho de 1987, e no Voto n° 548, de 14 de dezembro de 1987, do Conselho Monetário Nacional, nos moldes da Lei Federal n° 7.976, de 27 de dezembro de 1989, regulamentada pelo Decreto Federal n° 99.167, de 13 de março de 1990.

Parágrafo Único - Para efetivação das operações previstas neste artigo, poderá o Poder Executivo vincular as quotas partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto no artigo 159, inciso I, alínea a, da Constituição Federal.

Art. 2° - Fica também o Poder Executivo autorizado a prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias em empréstimos de refinanciamento nos moldes do artigo anterior à Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

PROJETO DE LEI N° 330/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1° - Dá nova redação ao artigo 16 e revoga seu parágrafo único da Lei n° 7051, de 04 de dezembro de 1978:

"Art. 16 - Para os efeitos do artigo anterior, as regiões, as circunscrições e os postos fiscais, serão criados, alterados, agrupados, classificados e extintos mediante Lei Estadual".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação/revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.90.

(a) LUCIANO PIZZATO

Curitiba, quinta, em 31.05.90

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PDS se fará uso do seu horário. (Declina)

Consulta à Liderança do PDC. (Declina)

Consulta à Liderança do PFL. (Declina)

Consulta à Liderança do PDT. (Declina)

Consulta à Liderança do PTB. (Declina)

Consulta à Liderança do PRN. (Declina)

Consulta à Liderança do PL. (Declina)

Consulta à Liderança do PT. (Declina)

Consulta à Liderança do PMDB. (Declina)

Consulta à Liderança do PSDB. (Declina)

Encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente, comunicando ter sido nomeado pelo Senhor Governador do Estado, para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, renunciando por imperativo constitucional seu mandato de Deputado Estadual.- À Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 188/89, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que assegura aos dependentes do policial civil e militar mortos em serviço, a percepção de um pecúlio, a ser pago pelo Estado. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 330/89, de autoria do Deputado Acir Mezzadri, que instituiu a Semana e o Dia do Voluntariado Paranaense. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 390/89, de autoria do Deputado Rafael Greca, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao engenheiro Alexandre Fontana Beltrão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

O SR. NILTON BARBOSA (Pela ordem) - Senhor Presidente, há um requerimento nosso no Projeto de Lei n° 303/90.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será apreciado na hora oportuna.

O SR. NILTON BARBOSA - Muito obrigado, Senhor Presidente. Era só para lembrar à Mesa.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 269/90, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que cria "ad referendum" do plebiscito, o Município de Esperança Nova, desmembrado do Município de Pérola, com as divisas e confrontações que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL de Plenário.

Emenda - Aprovada.

Projeto - Aprovado.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela ordem) - Senhor Presidente, qual é o teor da emenda do Deputado Erondy Silvério sobre o projeto? É alteração de divisas?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está na Ordem do Dia de hoje.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 58/90, de autoria dos Deputados Algaci Túlio, Rafael Greca, Pedro Tonelli e Irondi Pugliesi, que autoriza a realização de plebiscito para a criação do Município de Cachoeira. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 61/90, de autoria da Deputada Vera Agibert, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Imbituva, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Guamiranga. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Com EMENDA SUBSTITUTIVA de Plenário.

Em votação o projeto e a emenda.- Aprovados.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 303/90, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Paraná D'Oeste, com território desmembrado do Município de Moreira Sales e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 303/90, por 10 (dez) sessões. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia

por 10 (dez) sessões, o Projeto de Lei n° 303/90.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 306/90, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Malu, com território desmembrado do Município de Terra Boa e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

Sobre a mesa, requerimento de n° 1460, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente.- Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela ordem) - Senhor Presidente, queremos registrar a presença nas galerias da Assembléia Legislativa, hoje, de um grande número de moradores do Bairro da Cachoeira - Distrito do Município de Almirante Tamandaré que faz divisa com a Capital do Estado do Paraná e eles vieram aqui, eles têm vindo a todas as sessões para acompanhar a seqüência do Projeto 58/90, de autoria deste Deputado, Deputado Rafael Greca, Pedro Tonelli e Irondi Pugliesi que autoriza a realização do plebiscito para a criação do Município da Cachoeira, uma velha reivindicação dos moradores daquela região, visto que o Município da Cachoeira divide com Curitiba, mas está muito distante da sede deste. E esta comunidade que se encontra hoje, aqui na Assembléia, e recentemente, o PT teve uma extraordinária vitória derrotando um projeto do Sr. Roberto Requião que pretendia implantar um lixão naquela região. Conseqüência da luta desta comunidade, o Município de Almirante Tamandaré se viu livre desta peste que é o lixão e desse trabalho impróprio que estava sendo praticado pelo Secretário do Desenvolvimento Urbano Roberto Requião de Mello e Silva. E agora esta comunidade se vê compensada com esse trabalho, com o plebiscito para a criação do Município da Cachoeira, velha reivindicação.

Nós queremos, então, registrar aqui a presença dos moradores da Cachoeira e, em nome deles, agradecer aos Senhores Parlamentares que votaram favoravelmente à realização do plebiscito e conseqüentemente a criação do Município da Cachoeira.

Obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) - Da mesma forma eu quero dizer que os nobres Deputados pegaram carona num projeto de minha autoria que é anterior ao que foi votado hoje. Mas como é para o bem comum, eu, mais uma vez concordei. Porque é importante a autonomia de Cachoeira, é importante porque já tem condições, efetivamente, para se transformar em município.

Por isso votei favoravelmente, mas quero dizer que também existe um projeto de minha autoria, na qualidade de Deputado mais votado nas últimas eleições no Município de Almirante Tamandaré.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela ordem) - Nós, com toda sinceridade, desconhecíamos a existência do projeto do Deputado Erondy Silvério. Porém, queremos louvar também a sua atitude, por ser um Deputado constantemente votado na Região de Almirante Tamandaré. Por várias vezes tem tido o mando político daquele Município, da nossa terrinha, e só deixar claro que nós, em absoluto, não pegamos carona. Se entramos com o projeto e a Comissão da Assembléia não comunicou que já havia um outro projeto, conseqüentemente esse aqui não estaria na Ordem do Dia.

Se ele entrou e foi votado, conseqüentemente nós pedimos então, Senhor Presidente, que o projeto da Deputada Irondi Pugliesi, do Deputado Erondy Silvério e o nosso, sejam todos eles anexados num só porque, na verdade, somos todos favoráveis à criação do município.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Trata-se de matéria vencida. O projeto foi aprovado em terceira discussão, não cabe mais anexação de outro projeto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pela ordem, Senhor Presidente. Não há problema nenhum, já está aprovado. Foram atendidas as reivindicações do povo da Cachoeira. Não tem importância. O meu projeto é um projeto de lei e este é um projeto de resolução.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, mais uma vez pela ordem.

Senhor Presidente, com a saída do Deputado Quielse Crisóstomo, oficializada ontem nesta Assembléia, o PDT tem interesse em saber como ficou agora a situação de suplência aqui na Assembléia. Porque parece-me que se oficializa agora a permanência do Deputado Luciano Pizzatto e ficaria ainda uma outra vaga. Não sabemos ainda a situação do Deputado José Felinto, se permanece licenciado ou não. Caso contrário,

parece-me que seria chamada a Deputada Arialba Freire.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Quielse Crisóstomo ainda não renunciou o seu mandato. Tão logo o faça, nós examinaremos a questão de ordem levantada por Vossa Excelência.

Aproveitando o ensejo, a Mesa convida os Senhores Deputados para a posse do Deputado Quielse Crisóstomo, que será na sessão de hoje no Tribunal de Contas, às 16:30 horas. Após o que aguardaremos o pedido de renúncia do Deputado Quielse Crisóstomo.

Requerimento de n° 1461, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1462 e 1463, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1467, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Resolução n°s 23/90 e 31/90

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 306/90

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 161/89, 354/89 e 320/90

Antes de dar por finda a sessão, o Senhor Presidente determinou ao Senhor Primeiro Secretário que procedesse à leitura de expediente que chegava naquele momento à Mesa, contendo pedido de renúncia do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, nomeado para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme Decreto n° 6893/90 de 30.06.90.

Levanta-se a sessão.

ATIVO

PASSIVO

CIRCULANTE

CONTAS CORRENTES

Banestado .....297.778,38

CIRCULANTE

Seguros a Pagar.....34.395,20

PATRIMÔNIO

Patrimônio Líquido.....23.164.938,43

POUPANÇA

Banestado .....100.000,00

Bamerindus.....292.620,80

RECEITA

Renda de Contribuições .....9.425.453,05

Renda de Aplicações.....90.479.931,37

Outras Rendas.....1.666,64

APLICAÇÕES

Banestado c/Over Night .....1.414.043,13

2.104.442,31

VALORES EM NCZ\$ A ORDEM DO BACEN

APLICAÇÕES

Banestado .....792.829,99

Bamerindus .....9.027.681,06

POUPANÇA

Banestado.....26.352.244,08

Bamerindus.....46.921.625,54

INVESTIMENTO

Banestado C/Ouro.....7.595.193,73

Bamerindus C/Ouro.....15.720.426,00

23.315.619,73

106.410.000,40

IMOBILIZADO

Móveis e utensílios .....5.230,00

DESPESAS

Aposentados .....12.965.476,14

Ajuda de Custo.....137.095,60

Materiais de Consumo .....5.550,00

IOF .....1.116.445,26

Imposto de Renda s/ Renda Aplic. ....335.199,90

Imp.Estad. s/renda Aplic.....13.590,97

Despesas Bancárias.....13.354,11

14.586.711,98

TOTAL DO ATIVO .....123.106.384,69

TOTAL DO PASSIVO.....123.106.384,69

LAURO LOBO ALCANTARA

Tesoureiro

WERNER WANDERER

Presidente

VICENTE P. RODACKI

Contador CRC-PR 6635

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		LEGISLATIVA.....	
RECEITA TRIBUTÁRIA .....	0,00	JUDICIÁRIA.....	80.217.744,14
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES .....	0,00	ADMINISTRATIVA E PLANEJAMENTO.....	0,00
RECEITA PATRIMONIAL .....	0,00	AGRICULTURA.....	0,00
RECEITA AGRO-PECUÁRIA .....	0,00	COMUNICAÇÕES.....	0,00
RECEITA INDUSTRIAL .....	0,00	DEFESA NACIONAL E SEG. PÚBLICA.....	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS .....	0,00	DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES .....	83.450.000,00	EDUCAÇÃO E CULTURA.....	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES .....	79.834,00	ENERGIA E RECURSOS MINERAIS.....	0,00
	83.529.834,95	HABITAÇÃO E URBANISMO.....	0,00
		INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS.....	0,00
		RELAÇÕES EXTERIORES.....	0,00
		TRABALHO.....	0,00
		ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA.....	0,00
		TRANSPORTE.....	0,00
			80.217.744,14
RECEITAS DE CAPITAL		EXTRAORÇAMENTÁRIA	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO .....	0,00	RESTOS A PAGAR	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS....	0,00	PAGAMENTOS.....	88.928,97
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL.....	0,00	CANCELAMENTOS.....	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL .....	0,00		88.928,97
	83.529.834,95		
EXTRAORÇAMENTÁRIA			
DÉBITOS DE TESOURARIA.....	0,00	DÉBITOS DE TESOURARIA.....	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS.....	69.331.830,78	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS.....	41.023.350,32
FUNDOS ESPECIAIS .....	0,00	FUNDOS ESPECIAIS .....	0,00
CONTAS A REGULARIZAR.....	0,00	CONTAS A REGULARIZAR.....	0,00
CONTAS DO REALIZÁVEL.....	0,00	CONTAS DO REALIZÁVEL.....	0,00
ACORDOS E CONVÊNIOS.....	0,00	ACORDOS E CONVÊNIOS.....	0,00
CRÉDITOS DE DESPESAS A PAGAR		DÉBITOS DE DESPESAS A PAGAR	
FORNECEDORES .....	15.476.428,71	FORNECEDORES .....	13.856.578,95
DESPESAS COM PESSOAL.....	65.413.405,59	DESPESAS COM PESSOAL.....	65.951.815,41
OUTRAS DESPESAS A PAGAR.....	0,00	OUTRAS DESPESAS A PAGAR.....	0,00
	80.889.834,30		79.808.394,36
	150.221.665,08		120.920.673,65
SALDO DO MÊS ANTERIOR		SALDO PARA O MÊS SEGUINTES	
CAIXA.....	0,00	CAIXA.....	0,00
BANCOS.....	124.928.183,64	BANCOS.....	157.541.265,88
VINCULADO EM CONTAS CORRENTES BANCÁRIAS	0,00	VINCULADO EM CONTAS CORRENTES BANCÁRIAS	0,00
TÍTULOS A RECEBER.....	0,00	TÍTULOS A RECEBER.....	0,00
DEVEDORES DIVERSOS.....	0,00	DEVEDORES DIVERSOS.....	0,00
DIVERSOS RESPONSÁVEIS.....	0,00	DIVERSOS RESPONSÁVEIS.....	0,00
	124.928.183,64		157.541.265,88
TOTAL .....	358.679.683,67	TOTAL .....	358.679.683,67

IB MIGUEL  
etor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Diretor do D.A.T

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
Coordenador de Contabilidade